



O ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA

O ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO/BA

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Rafael Augusto Pereira Lima ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte e coorientação do docente Prof. Dr. Bruno Cezar Silva, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.





Resumo

03

Contexto e organização dos Setores

04

Público-alvo da proposta

06

Descrição da situação-problema

08

Objetivos da proposta de intervenção

09

Diagnóstico e análise

10

Proposta de intervenção

13

Responsáveis pela proposta de intervenção e data

18

Referências

19

RESUMO

Este relatório técnico conclusivo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no campo da comunicação organizacional da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). O estudo foi realizado em um contexto de crise de legitimidade e restrições orçamentárias que afetam as universidades públicas brasileiras, comprometendo o fortalecimento de suas funções sociais, acadêmicas e culturais.

Esse cenário impacta diretamente a capacidade das instituições de manter uma comunicação eficaz e estratégica com seus diversos públicos, dificultando a divulgação do conhecimento produzido e o reconhecimento social de seu papel.

Um dos aspectos dessa problemática na Univasf é a redução significativa do quadro de pessoal da Assessoria de Comunicação, que atualmente opera com uma equipe reduzida, insuficiente para atender às demandas institucionais de forma planejada e articulada para atender um público diverso.

Diante desse desafio, a pesquisa teve como objetivo analisar o processo de comunicação organizacional da Univasf sob a perspectiva da comunicação integrada, com foco na identificação de fragilidades e potencialidades.

O relatório apresenta os principais resultados e discussões da pesquisa, bem como propõe diretrizes para a adoção de uma política de comunicação integrada. As propostas visam fortalecer a gestão estratégica da comunicação da universidade, promover um diálogo mais eficaz com servidores, estudantes, gestores e comunidade externa, e contribuir para a valorização e legitimação da Univasf junto à sociedade.

CONTEXTO E ORGANIZAÇÃO DOS SETORES

O contexto da presente proposta de intervenção está diretamente relacionado à constatação, por meio de análise empírica, do elevado nível de comprometimento da renda dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA com empréstimos consignados.

A pesquisa identificou que, embora a maioria dos servidores comprometa até 30% da renda líquida com consignações, uma parcela expressiva (17,15%) se encontra em situação de alerta ou risco financeiro, ultrapassando esse limite, enquanto 3,88% já atingiram níveis considerados críticos, caracterizando superendividamento.

A prática reiterada de contrair empréstimos consignados, por vezes associada ao refinanciamento sucessivo de dívidas, evidencia não apenas um problema estrutural na gestão financeira pessoal dos servidores, mas também fragilidades institucionais na política de concessão e controle desse tipo de crédito. Soma-se a isso a ausência de programas estruturados de educação financeira voltados para a realidade específica do funcionalismo público municipal, bem como uma carência de iniciativas institucionais voltadas à prevenção do endividamento crônico e ao apoio aos servidores em situação crítica.

O fenômeno do endividamento recorrente compromete não apenas a saúde financeira dos trabalhadores, mas também a qualidade do serviço público prestado, na medida em que interfere no bem-estar, motivação e produtividade do servidor.

Diante desse quadro, torna-se imperativo o desenvolvimento de ações institucionais integradas, capazes de fomentar práticas de consumo consciente, promover o planejamento orçamentário pessoal e institucionalizar mecanismos de apoio e acompanhamento contínuo da situação financeira dos servidores públicos.

A proposta será executada sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração (SEAD), responsável pela administração da força de trabalho da Prefeitura de Juazeiro/BA, e contará com a colaboração de diversos setores institucionais e parceiros estratégicos. A seguir, detalham-se os principais órgãos e setores envolvidos:

- **Secretaria Municipal de Administração (SEAD):** unidade gestora da proposta, responsável pela identificação dos servidores em situação de risco, articulação com as demais secretarias, acompanhamento das ações formativas e avaliação de impacto da política de educação financeira.

CONTEXTO ORGANIZAÇÃO DOS SETORES

- **Procuradoria Geral do Município (PGM):** atuará como instância de assessoramento jurídico para garantir que os limites legais da margem consignável sejam respeitados nas contratações e para orientar a revisão de normativos internos relacionados ao controle de descontos facultativos em folha.
- **Secretaria de Finanças e Fazenda:** será parceira no fornecimento de dados financeiros e na compatibilização dos sistemas de folha de pagamento, permitindo o monitoramento da margem consignável e do perfil de endividamento dos servidores.
- **Controladoria Geral do Município:** apoiará a proposta por meio da fiscalização da conformidade dos contratos consignados com os limites legais e com os princípios da administração pública, garantindo transparência e responsabilização.
- **Instituições Financeiras Conveniadas:** mediante articulação com o município, poderão ser convidadas a colaborar com ações educativas obrigatórias no ato da contratação ou renovação de consignações, como forma de corresponsabilidade pelo crédito oferecido.
- **Sindicatos e Associações Representativas dos Servidores:** poderão participar na mobilização, divulgação e incentivo à adesão às atividades formativas, além de contribuir com o diagnóstico contínuo das dificuldades enfrentadas pelos servidores.

A atuação conjunta desses setores permitirá a implementação de uma política institucional de prevenção ao superendividamento com enfoque educativo, preventivo e corretivo, promovendo mudanças estruturais e sustentáveis na relação dos servidores com o crédito e o consumo.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo da proposta de intervenção é composto pelos servidores públicos da administração direta do Município de Juazeiro/BA, ativos e estatutários, com foco especial naqueles que apresentam maior grau de comprometimento da renda líquida com empréstimos consignados.

A escolha desse segmento fundamenta-se na análise empírica realizada durante a pesquisa, que revelou a existência de grupos de servidores mais vulneráveis ao endividamento excessivo e ao superendividamento.

Dentre esse público, destacam-se como prioritários:

- Servidores com comprometimento superior a 30% da renda líquida com consignações, classificados nos níveis de alerta, crítico ou extremo, conforme os parâmetros adotados na dissertação (comprometimento acima de 30%, 50% e até 100%, respectivamente).

- Servidores com baixa escolaridade formal, identificados na análise como mais suscetíveis ao uso recorrente e descontrolado do crédito consignado. A limitação no domínio de conhecimentos econômicos básicos e no acesso a práticas de planejamento orçamentário aumenta a exposição a decisões financeiras de risco.
- Servidores de menor faixa salarial, cujo orçamento doméstico já se encontra naturalmente pressionado por despesas fixas e que, portanto, tendem a recorrer ao crédito consignado como forma de complementar a renda mensal, muitas vezes perpetuando um ciclo de endividamento.
- Servidores com maior tempo de serviço, que, segundo a pesquisa, tendem a apresentar histórico de contratação reiterada de empréstimos e elevado volume de refinanciamentos. Esses servidores frequentemente já possuem múltiplos contratos ativos e comprometimento significativo da margem consignável.

PÚBLICO-ALVO

- Servidores lotados em setores operacionais ou administrativos, cujas funções concentram parte expressiva da força de trabalho do município e que, conforme a análise da lotação funcional, apresentam proporcionalmente maiores índices de comprometimento de renda.

Ainda que a proposta tenha como foco inicial os servidores da administração direta, sua metodologia poderá ser posteriormente adaptada e expandida para alcançar os servidores da administração indireta, incluindo autarquias, fundações e demais órgãos vinculados à estrutura administrativa municipal.

Além disso, considera-se como público-alvo secundário os gestores das unidades administrativas e os responsáveis pelos setores de recursos humanos e folha de pagamento, que serão capacitados para atuar como agentes multiplicadores e fiscalizadores da política institucional de educação financeira e controle do endividamento.

Por fim, embora voltada ao universo dos servidores municipais, a proposta tem impacto indireto também sobre as famílias desses trabalhadores, na medida em que a organização das finanças pessoais reverbera no ambiente familiar, influenciando a estabilidade socioeconômica dos núcleos domésticos e, por consequência, da própria comunidade local.



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A O Município de Juazeiro/BA, a exemplo de diversas administrações públicas no Brasil, enfrenta um cenário preocupante de comprometimento excessivo da renda dos servidores públicos com descontos em folha decorrentes de empréstimos consignados. Essa prática, embora amparada legalmente e oferecida com taxas de juros inferiores às de outras modalidades de crédito, tem sido utilizada de forma recorrente e, muitas vezes, sem o devido planejamento por parte dos servidores.

A análise documental realizada revelou que parte significativa dos servidores da administração direta compromete mais de 30% da renda líquida mensal com consignações, ultrapassando o limite considerado prudencial pelas instituições financeiras e órgãos de controle. Em casos mais críticos, o comprometimento supera os 50%, caracterizando situação de superendividamento, com impacto direto na qualidade de vida do servidor, na estabilidade familiar e na sua produtividade funcional.

O problema se agrava com a recente mudança nos critérios de cálculo da margem consignável, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 741/2023, que excluiu determinadas verbas da base de cálculo da remuneração líquida. Como consequência, muitos servidores se viram com margem negativa ou reduzida, impedidos de renovar contratos ou de quitar compromissos previamente assumidos, agravando o desequilíbrio financeiro.

Essa realidade evidencia a ausência de políticas institucionais de prevenção ao superendividamento, bem como de programas estruturados de educação financeira. A fragilidade no controle das consignações e a falta de orientação especializada aos servidores em situação crítica configuram um contexto de vulnerabilidade financeira com implicações sociais, econômicas e funcionais.

Diante desse cenário, torna-se urgente a adoção de medidas intersetoriais que promovam o uso consciente do crédito, fortaleçam a autonomia financeira dos servidores e possibilitem a reversão gradual do quadro de endividamento institucionalizado na esfera municipal.

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Objetivo Geral

Promover a educação financeira dos servidores públicos da administração direta do Município de Juazeiro/BA como estratégia institucional para prevenção e enfrentamento do endividamento e superendividamento decorrente do uso excessivo do crédito consignado.

Objetivos Específicos

- Desenvolver e implementar um programa de capacitação continuada em educação financeira, com foco no planejamento orçamentário, consumo consciente e gestão do crédito pessoal;
- Sensibilizar os servidores municipais quanto aos riscos do comprometimento excessivo da renda com consignações e estimular práticas sustentáveis de equilíbrio financeiro;
- Estruturar material didático e informativo acessível, com linguagem clara e adequada à realidade funcional e sociocultural dos servidores públicos municipais;
- Identificar, por meio de critérios objetivos, os servidores em situação de risco financeiro, a fim de direcionar ações de acompanhamento e apoio especializado.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O diagnóstico apresentado nesta proposta de intervenção resulta de uma análise detalhada do nível de endividamento dos servidores públicos da administração direta do Município de Juazeiro/BA, com foco no uso do crédito consignado.

A investigação, de caráter quantitativo e descritivo, foi realizada a partir da base de dados extraída do sistema informatizado de gestão de pessoas da Prefeitura, obtida via requerimento de acesso à informação. A partir dessa base, foi possível classificar os servidores conforme faixas de comprometimento da renda:

Comprometimento da renda:	Situação financeira:
→ Até 30% de comprometimento	Normalidade financeira
→ De 30,01% à 50%	Alerta
→ De 50,01% à 70%	Crítica
→ Acima de 70%	Extrema, caracterizando superendividamento.

Os dados revelam um cenário de comprometimento significativo da renda líquida dos servidores com consignações em folha. Embora a maior parte da força de trabalho municipal mantenha o uso do crédito dentro de limites considerados aceitáveis(até 30% da renda líquida), identificou-se uma parcela expressiva de servidores que ultrapassa esse patamar. Do total analisado, 17,15% encontram-se nos níveis de alerta, crítico ou extremo de comprometimento, sendo que 3,88% estão em situação de superendividamento severo, com mais da metade da remuneração líquida comprometida com descontos.

A análise estatística revelou correlações relevantes entre variáveis sociodemográficas e funcionais e os níveis de endividamento:

Escolaridade:

- Servidores com menor grau de escolaridade apresentaram maior propensão ao endividamento excessivo, evidenciando lacunas na compreensão das condições contratuais dos empréstimos e na capacidade de planejamento orçamentário;

Renda:

- A maior incidência de comprometimento excessivo da renda ocorre entre os servidores que percebem os menores vencimentos líquidos, apontando que o crédito é, muitas vezes, utilizado para complementar a renda básica familiar;

Tempo de serviço:

- Identificou-se maior frequência de renegociações e contratação reiterada de novos empréstimos entre os servidores com mais tempo de vínculo com o município, sugerindo um padrão cíclico de endividamento que se agrava ao longo da carreira;

Lotação funcional:

- Algumas áreas da administração, especialmente as vinculadas a serviços operacionais e administrativos de base, concentram maior número de servidores em situação crítica, revelando desigualdades internas na exposição ao risco financeiro.

O estudo também considerou a regulamentação local do crédito consignado, especialmente após a edição do Decreto nº 741/2023, que redefiniu os critérios para o cálculo da margem consignável, excluindo determinadas verbas da base da remuneração líquida. Essa alteração normativa resultou em redução significativa da margem disponível para parte dos servidores, afetando diretamente aqueles que já se encontravam com alto grau de comprometimento financeiro.

Como consequência, cerca de 13,10% dos servidores passaram a ultrapassar formalmente o limite legal de 30% de consignações em folha, mesmo sem realizar novas contratações, o que agravou a situação de inadimplência técnica e impossibilitou a renovação ou regularização contratual de muitos casos, inclusive daqueles em situação de superendividamento.

Outro aspecto identificado foi a ausência de ações institucionais sistemáticas voltadas para a prevenção e o enfrentamento do superendividamento. Não há, no âmbito da administração municipal, programas estruturados de educação financeira nem mecanismos de acolhimento e orientação aos servidores em situação crítica. Ademais, a concessão e o controle dos descontos facultativos em folha de pagamento ocorrem de forma fragmentada, sem análise de risco ou avaliação da capacidade real de pagamento dos servidores no momento da contratação.

Diante desse cenário, constata-se a urgência de medidas preventivas e corretivas com foco em três dimensões centrais:

- Capacitação contínua em educação financeira, como meio de empoderar os servidores para uma gestão mais consciente de sua renda;
- Revisão institucional dos mecanismos de autorização de consignações, com ênfase na transparência, no controle e na responsabilidade solidária da administração;
- Monitoramento sistemático da evolução do comprometimento da renda com consignações, de forma a identificar precocemente os casos que demandam intervenção específica.

A análise realizada demonstra, portanto, que o endividamento dos servidores públicos municipais não é apenas uma questão individual, mas reflete um fenômeno de natureza estrutural, que exige respostas institucionais articuladas, sustentadas por evidências e voltadas ao bem-estar financeiro e funcional do servidor.



Proposta de intervenção

Diante do diagnóstico do comprometimento excessivo da renda de parte significativa dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA com empréstimos consignados, torna-se necessária a adoção de uma estratégia institucional voltada à prevenção do superendividamento e à promoção da educação financeira no âmbito da administração pública municipal. A proposta de intervenção aqui apresentada está estruturada em quatro eixos interdependentes, correspondentes aos objetivos específicos desta pesquisa, e se constitui como um programa contínuo de formação e acompanhamento dos servidores em sua relação com o crédito e a gestão financeira pessoal.

Programa de Capacitação Continuada em Educação Financeira

A primeira vertente da proposta consiste na criação e implementação de um programa de capacitação permanente em educação financeira, com enfoque na realidade funcional e sociocultural dos servidores públicos municipais. As ações formativas terão como temas centrais o planejamento orçamentário pessoal e familiar, o consumo consciente, os mecanismos de crédito e endividamento, e a gestão do crédito consignado.

As capacitações serão ofertadas em formato híbrido (presencial e virtual), utilizando metodologias ativas, linguagem acessível e recursos visuais e interativos. A carga horária mínima prevista por módulo será de 8 horas, podendo ser ampliada conforme a complexidade do conteúdo e o público-alvo. A coordenação pedagógica será atribuída à Secretaria de Gestão de Pessoas, com apoio de instituições de ensino superior e especialistas convidados.

Campanhas de Sensibilização e Comunicação Institucional

O segundo eixo da intervenção abrange a realização de campanhas educativas contínuas para sensibilizar os servidores acerca dos riscos do comprometimento excessivo da renda com consignações e da importância do equilíbrio financeiro. As campanhas utilizarão múltiplos canais de comunicação institucional, como intranet, redes sociais, murais, e-mail funcional, reuniões setoriais e eventos de integração.

O conteúdo será elaborado de forma acessível, visualmente atrativa e alinhado à realidade cotidiana dos servidores. As peças incluirão vídeos curtos, cartilhas digitais, mensagens ilustradas, depoimentos reais e peças com linguagem simples e direta. A ação comunicacional tem o papel de reforçar os conceitos trabalhados nas capacitações e manter a pauta da saúde financeira permanentemente presente no ambiente de trabalho.

Elaboração de Material Didático e Informativo Acessível

Com base nos conteúdos desenvolvidos nas ações formativas e nos dados da pesquisa, será estruturado um conjunto de materiais didáticos e informativos voltados à educação financeira. Os materiais terão versões impressas e digitais, podendo ser distribuídos em ações presenciais, por e-mail funcional e através de uma página institucional específica a ser criada no portal da Prefeitura.

Além dos temas centrais como orçamento pessoal, crédito responsável e renegociação de dívidas, os materiais incluirão um guia prático de interpretação do contracheque, orientações sobre margem consignável, e alertas sobre armadilhas do endividamento por refinanciamento. A acessibilidade será assegurada por meio de linguagem clara, uso de infográficos, e, quando possível, versões com recursos de leitura assistida.



Mapeamento dos Servidores em Situação de Risco e Apoio Especializado

A última dimensão da proposta refere-se à identificação, por meio de critérios objetivos, dos servidores em situação de risco financeiro, a fim de direcionar ações de acolhimento e apoio especializado. Utilizando os próprios dados da folha de pagamento e do sistema de gestão de pessoas, a Secretaria de Gestão de Pessoas poderá identificar servidores que ultrapassem o limite de 30% da margem consignável, que possuam múltiplos contratos ativos ou que apresentem reincidência de refinanciamentos.

A esses servidores será oferecido atendimento individualizado, por meio de plantões financeiros com especialistas, sessões de orientação com equipe técnica e, quando necessário, encaminhamento a serviços de apoio psicológico ou social. Essa etapa visa tratar os casos mais graves com abordagem educativa e acolhedora, evitando estigmatização e promovendo a reconstrução gradual da autonomia financeira.

A proposta de intervenção será implementada em fases sequenciais, com previsão de execução ao longo de 12 meses.

Cronograma estimado

Cronograma estimado	
Etapa/Atividade	Período Estimado
Levantamento detalhado de dados e validação dos critérios de risco.	Mês 1
Planejamento pedagógico e elaboração do conteúdo formativo.	Mês 1 a 2

Etapa/Atividade	Período Estimado
Criação dos materiais didáticos e informativos (impresso e digital).	Mês 2 a 3
Lançamento da campanha institucional de sensibilização.	Mês 3
Início das capacitações presenciais e virtuais (módulo básico).	Mês 3 a 6
Identificação dos servidores em risco e convites para acompanhamento.	Mês 4 a 6 (e contínuo)
Acompanhamento individualizado e plantões de orientação financeira.	Mês 5 a 10
Avaliação intermediária da ação e ajustes de conteúdo/metodologia.	Mês 7
Segunda rodada de capacitações (módulo avançado) e reforço da campanha.	Mês 8 a 10
Sistematização dos resultados e elaboração de relatório institucional.	Mês 11
Encerramento do ciclo piloto e proposta de institucionalização	Mês 12

Fonte: Elaboração própria (2025).

Para aferir a efetividade da intervenção proposta, serão utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, distribuídos de acordo com os quatro eixos principais da ação: capacitação continuada, campanhas de sensibilização, produção de material acessível e mapeamento com apoio especializado.

No eixo da capacitação continuada, os principais indicadores serão: o número de servidores capacitados ao longo do período, a taxa de conclusão por módulo e a média de satisfação dos participantes em relação aos conteúdos, metodologia e aplicabilidade do que foi aprendido.

No eixo das campanhas de sensibilização e comunicação institucional, avaliar-se-á o alcance das publicações em canais oficiais, o número de visualizações e interações recebidas (curtidas, comentários, compartilhamentos, respostas) e a participação efetiva dos servidores em eventos ou ações presenciais de caráter educativo.

Quanto ao eixo de produção e difusão de material didático e informativo acessível, os indicadores incluirão a quantidade total de materiais produzidos e distribuídos (físicos e digitais), o número de acessos ou downloads realizados no ambiente virtual, e a avaliação qualitativa do conteúdo por parte dos servidores, por meio de questionário específico.

No eixo de mapeamento dos servidores em situação de risco financeiro e oferta de apoio especializado, será monitorado o número de servidores formalmente identificados com comprometimento elevado da renda, a quantidade de atendimentos individualizados realizados (presenciais ou virtuais), bem como a variação percentual média do comprometimento após o acolhimento e orientação.

Por fim, serão utilizados indicadores de impacto geral, que permitirão avaliar a efetividade mais ampla da intervenção. Dentre esses, destacam-se: a variação no percentual de servidores com comprometimento superior a 30% ao longo de 12 meses; a redução da reincidência de refinanciamentos em folha de pagamento; e a melhora na percepção subjetiva de controle financeiro, aferida por meio de questionário aplicado ao final do ciclo de intervenção.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Rafael Augusto pereira Lima (mestrando)

Contato: rafael.augusto@juazeiro.ba.gov.br

Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte (orientador)

Contato: ricardo.duarte@univasf.edu.br

Prof. Dr. Bruno Cezar Silva (coorientador)

Contato: bruno.cezar@univasf.edu.br

Petrolina-PE, 20 de julho de 2025



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Marcelo Berger de; CORAZZA, Rosimar Serena; CORAZZA, Maristela. **Educação financeira: uma nova competência para a formação do educador.** São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

BRASIL. Decreto nº 10.820, de 29 de setembro de 2021. Regulamenta a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 1.046/1950 e da Lei nº 8.112/1990.

CERBASI, Gustavo. **Mais tempo, mais dinheiro.** São Paulo: Sextante, 2013.

LEÃO, Ana Paula Camboim. **O endividamento dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP). Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, 2020.

MARÇAL, Juliana. **Educação financeira como ferramenta de gestão de pessoas: uma proposta de intervenção para servidores públicos.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP). Universidade Federal de Alagoas–UFAL, 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **PISA 2018 Results – Volume IV: Are Students Smart about Money?** OECD Publishing, Paris, 2020.

PEREIRA, Ronei Mendes. **Análise do endividamento dos servidores públicos municipais e proposta de intervenção com educação financeira.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP). Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2020.

PRADO, Marina Bagatin de Souza Moreira do. **Endividamento familiar: um estudo de caso com os servidores públicos da UFPR.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2022.

JUAZEIRO(BA). **Decreto Municipal nº 741/2023, de 03 de agosto de 2023.** Dispõe sobre a composição da remuneração líquida para fins de cálculo da margem consignável dos servidores públicos do Município de Juazeiro/BA.

VIANA, Sandro Roberto Rodrigues. **O endividamento dos servidores públicos estaduais e a relação com a educação financeira.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP). Universidade Federal de Goiás – UFG, 2020.

Discente: Rafael Augusto Pereira Lima, mestrando

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte

Coorientador: Prof. Dr. Bruno Cezar Silva

Universidade Federal do Vale do São Francisco

20 de julho de 2025



MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA